Sumário

1. INTRODUÇÃO 15

2. PROVA POR DECLARAÇÕES DE PARTE: PREMISSAS NECESSÁRIAS 21

2.1. Amplitude do direito à prova 21

2.2. Antecedentes da prova por declarações de parte: caso Dombo 33

2.3. Repercussão sobre o processo civil holandês 36

2.4. Tipificação da prova por declarações de parte no CPC português de 2013 39

2.5. Utilidade da tipificação no CPC de 2013 44

2.6. Autonomia da prova por declarações de parte em relação ao depoimento de parte 47

3. QUEM PODE REQUERER A PRODUÇÃO DA PROVA POR DECLARAÇÕES DE PARTE 57

3.1. Requerimento pela própria parte: regra geral 58

3.2. Direito potestativo da parte: críticas 66

3.3. Requerimento pela contraparte ou comparte? 69

3.4. Determinação da produção da prova de ofício pelo juiz? 72

3.5. Repercussões sobre o processo e seus sujeitos 82

3.5.1. Repercussão sobre a posição das partes 82

3.5.2. Repercussões sobre o processo: credibilidade das declarações 84
3.5.3. Repercussões sobre a atividade do julgador 89
3.5.4. As declarações de parte e sua valoração 91
3.5.5. Arremate 92

4. DEVER DE COOPERAÇÃO PARA A DESCOBERTA DA VERDADE 93

4.1. Contornos essenciais do princípio da cooperação 93
4.1.1. Dever de esclarecimento 97
4.1.2. Dever de prevenção 100
4.1.3. Dever de consulta (ou de diálogo) 103
4.1.4. Dever de auxílio 106
4.1.5. Dever de inquisitoriedade 107
4.2. Incidência da cooperação sobre a fase instrutória e seus limites 108
4.3. Incidência da cooperação sobre a prova por declarações de parte 117
4.3.1. Finalidade probatória das declarações da parte 120
4.3.2. Iniciativa da prova por declarações de parte e o princípio da cooperação 123
4.3.3. Incidência da cooperação como reforço da função probatória das declarações 124
4.4. Descumprimento do dever de cooperação pela parte: consequências 125
4.5. Arremate 138

5. CONCLUSÕES 141

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 147